Imigração, inserção social e urbanização. Um estudo de caso: o Hospital Santa Cruz da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Niterói

Ismênia de Lima Martins*

Imigração e urbanização

No que diz respeito à emigração portuguesa para o Brasil, desde o último quartel do século XIX, esboçavam-se medidas restritivas, seja estimulando o retorno com a lei de 1877, seja tentando deslocar o fluxo emigratório para a África, transformando Angola e Moçambique em "novos Brasis". Com tal objetivo impunham-se campanhas de informação oral e escrita, assim como instrução escolar como meio de fixar o indivíduo à pátria e à família, a fim de que os emigrados, por mais que se 'espalhassem', se mantivessem em íntima comunhão com elas.

Apesar das restrições, até 1930, o fluxo migratório para o Brasil manteve-se elevado. Segundo especialistas[1], até esse período, o processo migratório não 'sofreu' controle efetivo, tendo em conta os interesses bilaterais dos países envolvidos na questão.

As parcelas empobrecidas da população portuguesa, sobretudo do campo, viam na emigração a saída para os seus problemas. Nas aldeias, as conversas sobre o Brasil, alentadas por relatos fantasiosos de "brasileiros" enriquecidos (portugueses retornados), estimulavam os jovens a partirem em busca da fortuna.

Além disso, o governo português tinha na emigração uma válvula de escape para os conflitos de terra e, sobretudo, não podia 'abrir mão' das divisas provenientes do Brasil, fonte importante de arrecadação. Por seu turno, as autoridades brasileiras se interessavam em manter tal fluxo que garantiria mão de obra barata e, ainda que não considerado um superior, o português era europeu, branco, bom trabalhador e disciplinado.

Um aspecto importante a destacar, para os fins desta pesquisa, é que a imigração portuguesa no Brasil assumiu, ao longo do século XX, caráter predominantemente urbano.

No início do século, o projeto modernizador da capital federal envolveu a cidade do Rio de Janeiro num ritmo febril de desmontes e obras, ampliando consideravelmente o mercado de trabalho da construção civil. Da mesma forma, os setores de serviços, sob impulso do capital estrangeiro, alargaram-se de modo expressivo.

Tal conjuntura criava um quadro favorável à absorção da mão de obra estrangeira. Além disso, os imigrantes, em sua maioria, provenientes da área rural, sentiam-se atraídos pela cidade grande, onde as oportunidades de trabalho e de salário eram maiores.

Por outro lado, a urbanização dos emigrantes passou a interessar as autoridades portuguesas. A preocupação era a de garantir o consumo para os produtos lusos. Nesse sentido, o emigrante urbano era um consumidor certo, enquanto o rural diminuía o seu consumo, pois era produtor de gêneros idênticos. Além do mais, seus excedentes colocados

no mercado, provocavam uma concorrência danosa aos produtos portugueses e, particularmente, ao comércio desses gêneros no Brasil.

Assim, a cidade do Rio de Janeiro absorveu um contingente expressivo de mão de obra que chegava ao seu porto. A construção civil, em franca expansão no período, criou oportunidade para trabalhadores especializados como carpinteiros, ferreiros, soldadores, canteiros, estuqueiros etc. Os não qualificados se empregavam nos transportes, comércio, como caixeiro, vendedores ambulantes, carroceiros etc.

Os números que se referem à entrada de portugueses no início do século vinte são expressivos, pois, crescem mais de cinco vezes entre 1904 e 1913, passando de quatorze mil (14 000) para setenta e seis mil (76 000), às vésperas da Primeira Guerra Mundial.

Trabalho e associativismo

A inserção dos portugueses na capital federal coincidiu com a construção da nova ordem republicana e sofreu vários enfrentamentos, por parte da população nacional.

A recriação do antilusitanismo influiu nas reações dos brasileiros aos imigrantes portugueses, sendo mais negativas nos momentos de maior tensão social[1].

A disputa pelo emprego se evidenciava nos conflitos. As qualidades do trabalhador português, "pau para toda obra", e disciplinado, o afirmava preferencialmente em relação ao trabalhador nativo. A fama de "burro de carga", assumida pelo imigrante, traduziu sua capacidade de adaptação, mas, também, de resistência.

Além da discriminação cotidiana, os imigrantes portugueses estavam submetidos às mesmas dificuldades e problemas que atingiam as camadas desfavorecidas da totalidade social em que se inseriam.

Os problemas de saúde eram os mais graves. As epidemias de febre amarela, varíola, cólera ou gripe assolavam a capital federal e propagavam-se com facilidade, ante as péssimas condições de trabalho e moradia.[2]

Considerando a extrema precariedade da assistência médica e social, são compreensíveis as manifestações associativas que caracterizavam a colônia portuguesa no Brasil, particularmente no Rio de Janeiro.[3]

O quadro de dificuldade, em meio às surpresas da nova vida, impunha ao imigrante português formas de solidariedade mutualista e de organização.

No plano individual, muitos vinham sozinhos, a orfandade cultural e a solidão estimulavam a busca pelos iguais, procurando uma espécie de família ou a reconstituição da vida comunitária das aldeias.

São fartos os registros documentais em que um conjunto de imigrantes ou a própria entidade se autodenomina Colônia Portuguesa. A força dessa designação permanece até os dias atuais.[4]

O filho de um imigrante português, fundador do Hospital Santa Cruz em Niterói, em recente entrevista, esclareceu como entendia o termo: "colônia, a própria palavra já

diz, é um agrupamento como entre as aves e os animais que ficam juntos para se defenderem e trabalham em grupo para construir como as abelhas e as formigas"[6].

A mais antiga forma de associativismo assistencial consistia nas caixas de socorro mútuo, que se caracterizavam por um espírito humanitário de prover a cada um, segundo suas necessidades.

Ao final do século XIX, ocorreu mudança expressiva com o surgimento das sociedades de socorro mútuo, que traziam em si os germes do corporativismo. Cada um deveria contribuir mensalmente com uma cota de seu salário, não dependendo apenas de caridade, mas prevenindo-se para os casos de doença, invalidez ou morte.

É importante ressaltar, como fez Eulália Lobo[7], a originalidade do associativismo português em relação a entidades similares de outras nacionalidades. Nas suas funções assistenciais e previdenciárias, a maioria das entidades não excluía os sócios brasileiros. A benemerência se impunha e, mesmo algumas entidades, que só aceitavam sócios portugueses estendiam seus benefícios a indivíduos de outras nacionalidades.

Modernização da capital da Província

A cidade de Niterói foi capital da mais rica província do Império, responsável, até os anos sessenta, do século XIX, por quase 90% do café exportado. A proximidade com o município da Corte fez com que os grandes fazendeiros e dignatários do Império ali residissem e sediassem seus negócios, sobretudo as famosas casas comissárias. O grande porto importador-exportador era o da cidade do Rio de Janeiro. O porto de Niterói era mero entreposto. Assim, as riquezas e o progresso que animaram a "*Belle Époque*" do Rio de Janeiro foram sustentadas pela prosperidade fluminense.

No início do século XX, Niterói conservava seu aspecto colonial, não possuindo redes de esgotos ou sistema de distribuição de água potável. A instabilidade política no início da República agravou esse quadro, tendo sido a capital transferida para a cidade de Petrópolis.

Em 1904, iniciou-se a modernização da cidade, com a criação do Centro de Serviço Municipais, compreendendo limpeza pública, bombeiros, esgotos, a criação de vilas e jardins. Estabelece-se uma taxa sanitária e outros impostos, visando o ordenamento urbano.[8]

A modernização da Capital Federal 'contaminava' a antiga capital da província. Em 1906, inaugurou-se o serviço elétrico de bondes e, em 1908, a antiga Companhia Cantareira associou-se ao capital inglês e o sistema de *ferries*, que ligava a cidade à Corte, foi modernizado. A cidade expandiu-se e sua população cresceu de 34 000 para 86 000 habitantes entre 1890 e 1920. Balneários foram criados e, no centro da cidade, construiu-se um conjunto de prédios monumentais em torno da Praça Pedro II, que deveriam abrigar a Assembleia Legislativa, o Fórum, a Polícia Central, a Escola Normal e a Biblioteca Municipal, a exemplo da Cinelândia na cidade do Rio de Janeiro.

A principal indústria permanecia sendo a construção naval. O comércio e o setor de serviços desenvolviam-se e imigrantes portugueses projetavam-se nessas atividades. Tornaram-se, muitos deles, empresários bem sucedidos, proprietários de grandes armazéns, atacadistas, localizados preferencialmente, ao longo da rua São Lourenço, com fundos para a baía, controlando o abastecimento da cidade e de boa parte do interior do Estado.

Novo surto modernizador ocorreu na década de vinte, com o saneamento da enseada de São Lourenço e a reforma do porto, construção de prédios públicos, o embelezamento da Praça do Rink e a criação de faculdades. Em 1927, na Praça Pedro II, construiu-se o monumento à República, inaugurado com a presença do Presidente da República, Washington Luiz.

Os portugueses abastados participaram ativamente da modernização da cidade e o seu sucesso econômico e financeiro traduzia-se nas construções imponentes de seus empreendimentos ou nas suntuosas mansões.

Mas a principal inscrição no espaço urbano que realizaram foi a construção do Hospital Santa Cruz, construído numa posição estratégica, tendo aos 'pés' a Praça da República.

O Centro da Colônia Portuguesa de Niterói

A criação do Centro da Colônia Portuguesa em 1904, na cidade de Niterói, inscreveu-se no quadro mais amplo de formação, no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, de diversas associações mutualistas e filantrópicas, que objetivavam atender as necessidades das populações urbanas. A ocorrência de tal processo justifica-se pelo fato de que a expansão dos serviços de saúde no país somente se efetivaria nos anos vinte, com a Reforma Carlos Chagas e a Lei Eloy Chaves - que instituiu, sob obrigatoriedade governamental, o sistema de seguros sociais no setor privado.

Os registros documentais, hoje, existentes sobre o Centro da Colônia Portuguesa de Niterói autorizam a sua caracterização como uma sociedade beneficente assistencial mutualista.

Constituía-se de sócios portugueses de diferentes condições socioeconômicas, ainda que inicialmente os membros mais ricos da Colônia dele não participassem, ou, pelo menos, ativamente.

As beneficências eram distribuídas sob a forma de ajuda financeira aos associados, desempregados ou enfermos, depois que o resultado da sindicância revelasse sua idoneidade, segundo o sistema de valores vigente.

Eram parcos os recursos financeiros do Centro. Os auxílios eram pagos com dificuldades e a simples construção de um estandarte exigia campanha especial para angariar fundos. Entretanto, já sonhava com grandes projetos aquele pequeno grupo de portugueses. E, em 1907, o presidente Antônio de Miranda assim concluía seu relatório: "faço ardentes votos pelo progresso de nossa sociedade e rogo a Deus que nos conceda a ventura de um dia podermos considerá-la uma das grandes instituições portuguesas no Brasil"[9].

A população portuguesa da cidade constituía o maior contingente de estrangeiros desde 1872, quando representavam 68 % desse grupo, atingindo esta proporção 75% em 1920[10].

Os padrões de urbanização, já referidos, se aceleraram a partir da década de 1920 e a Colônia Portuguesa participou ativamente desse processo.

Os laços de solidariedade foram estreitando-se nas duas primeiras décadas e os portugueses mais abastados passaram a desempenhar um papel relevante no Centro.

Com o crescimento progressivo no desempenho das funções, alguns de seus membros - desejosos de alargar a área de atuação do Centro e estimulados pela existência de sociedades de beneficência em alguns pontos do país desde o século XIX - projetaram sua transformação em uma Sociedade Portuguesa de Beneficência que teria a construção e manutenção de um hospital por principal finalidade.

Em 1919, a Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20 de julho, registrou em sua ata a participação de vários membros prestigiados e ricos da Colônia Portuguesa de Niterói que avalizaram, com sua presença e participação nas discussões, o novo projeto, pois, os debates encaminharam-se no sentido de que a Diretoria ficasse autorizada a modificar a lei social, estudando e elaborando novos estatutos e que se iniciassem os trabalhos para a construção de sua sede, assim como do hospital.[11]

Até então, o Centro da Colônia Portuguesa era constituído, sobretudo, por portugueses pobres ou remediados: operários da construção naval, pequenos comerciantes, quitandeiros, pescadores e trabalhadores braçais em geral.

A presença na Assembleia Geral Extraordinária e a participação efetiva das figuras mais projetadas da colônia marcam o período de transformação no movimento associativo português em Niterói, mas também, o, início de um processo de visibilidade social de portugueses enriquecidos durante a guerra. Donos de armazéns e padarias tornam-se comerciantes atacadistas e, na década seguinte, muitos deles ampliaram suas atividades na área financeira, destacando-se como proprietários de bancos. Também estenderam suas atividades às áreas rurais, tornando-se proprietários de usinas de açúcar.

A Sociedade Portuguesa de Beneficência de Niterói

Os novos estatutos foram aprovados nas Assembleias Gerais de 08 e 15 de agosto de 1920.

O artigo 1° constitui a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Niterói, atribuindo-lhe todas as obrigações e haveres sociais contraídos em nome do antigo Centro da Colônia Portuguesa. Suas finalidades permaneceram fundamentalmente assistenciais e foram especificadas no artigo 3° da seguinte forma:

§ 1° - Fundar e manter um hospital para tratamento de seus associados e contribuintes.

§ 2° - Socorrê-los e auxiliá-los, quando enfermos e impossibilitados de trabalhar.

§ 3° - Prestar-lhes funeral.

§ 4°- Conceder-lhes auxílio para passagem, quando a conselho médico necessita-

rem de mudança de clima.

§ 5° - Conceder-lhes pensão por invalidez.

§ 6° - Prestar auxílio para luto à família.

§ 7° - Auxiliá-los e socorrê-los, quando presos por motivos não infamantes ou atentatórios contra a segurança ou constituição do país.

§ 8° - Criar e custear um asilo para os associados invalidados pela idade ou pelo trabalho.

§ 9° - Manter uma biblioteca.

§ 10° - Criar e administrar uma caixa de caridade para auxílio e repatriação dos portugueses desamparados da fortuna em extrema indigência.[12]

O parágrafo primeiro relativo à fundação e manutenção de um hospital para o tratamento de seus associados e contribuintes destacou-se como uma estratégia fundamental para inserção dos imigrantes portugueses na paisagem urbana e na sociedade local.

A cidade possuía apenas um hospital, o São João Batista, datado de 1865 e que, por essa ocasião, encontrava-se decadente e inteiramente defasado para atender às demandas da população na área de saúde.

Um jovem médico, doutor Hernani Pires de Mello, filho de família tradicional local, aproximou-se da colônia tornando-se um instrumento para viabilização do projeto do hospital.

Um terreno, anteriormente doado para a construção do hospital, foi desprezado por encontrar-se fora da área mais desenvolvida da cidade e optou-se pela construção em uma colina voltada para a Praça da República, antiga Praça D. Pedro II, centro principal da cidade, que congregava em seu entorno, a Assembleia Estadual, o Fórum, o Quartel da Policia e a Biblioteca Estadual.

Sobre este cenário projetou-se a construção do hospital valorizando-se sua posição estratégica no espaço urbano, sem considerar as dificuldades na realização da obra.

Figura 1 - Vista da Praça da República, com o Hospital Santa Cruz ao fundo, em fase final de construção - Arquivo da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Niterói.

O projeto previa uma sede, para a sociedade, no nível da praça, e o hospital, um imponente prédio em estilo manuelino, à cavaleiro daquele cenário monumental.

Várias são as notícias que, regularmente, atestavam a movimentação em torno da construção do hospital: sorteios de tômbolas, espetáculos no Teatro João Caetano, chás-dançantes promovidos pelas Damas da Cruz de Malta, horas de arte; entre outras iniciativas, visando o recolhimento de fundos.[13]

Importante ressaltar que tais atividades envolveram não apenas a colônia portuguesa de Niterói, mas também, inúmeros elementos de grande expressão da sociedade local.

Destacou-se particularmente o nome de Odete Porto, ainda senhorinha, filha de Elísio Porto, que fez a primeira venda de flores em benefício do hospital no Teatro Municipal, em 1920.

Durante toda a década de vinte, seu nome apareceu constantemente nos jornais locais. Já como senhora de Hernani Pires de Mello, o chefe médico do futuro hospital, tornou-se presidente das "Damas da Cruz de Malta" e coordenou as mais movimentadas campanhas para angariar recursos. Apresentava a mesma desenvoltura na organização de festas beneficentes na sede do Clube Lusitano, como quando fazia chegar ao morro, onde se construía o hospital, um piano para a hora de arte, pois considerava importante que o público tomasse conhecimento do adiantado estágio da obra.[14]

De todas as campanhas que organizou, a mais famosa foi a Festa da Hortênsia, nome da flor e também da esposa do presidente de estado! O evento foi descrito minuciosamente por todos os jornais locais e alguns da capital.

Para sua realização, a presidente das Damas da Cruz de Malta recrutou cinquenta jovens, independente de serem filhas de portugueses ou brasileiros, e contando com a dedicação de todas, organizou a venda de hortênsias pela cidade em troca de donativos.

Na data marcada, choveu incessantemente, o que não esmoreceu o - ânimo da campanha. Assim, descreveu o fato, um jornal da época:

> As jovens recolhiam de uns e de outros o óbulo benfazejo em troca do qual enfeitavam-se as lapelas com delicadas hortênsias, simbolicamente marcadas de uma cruz vermelha. Durante quatorze horas, expressaram-se as damas à água que caía sem cessar. É que a certeza que praticavam um bem maior faziam-nas esquecidas dos riscos que corriam. O povo soube, porém, compreender o valor do sacrifício e não lhes regateou apoio. Velhos e moços de todas as classes sociais ostentavam à tarde a delicada florzinha a botoeira do casaco. A Sra Hortência Sodré, esposa do Presidente do Estado, recebeu, no Palácio do Ingá, uma comissão de senhorinhas dirigidas pela Sra Hernani Mello. À noite os diretores da Beneficência [...] diante de elementos da imprensa e da Comissão, procederam a abertura de pequenos cofres, cujo conteúdo somou a importância de 9:497$660 réis.

O mérito dessas notícias, muitas vezes apagadas da memória de tantos, mas fartamente registradas, é que se o Hospital Santa Cruz foi um sonho da colônia portuguesa, sua concretização envolveu, desde cedo, todos os setores da comunidade local.

Considerando que a intermitência dos recursos gerados não permitia dotar a obra do ritmo desejado e achando-se as fontes ordinárias de recursos comprometidas com outros encargos, sobretudo, os de assistência, a Diretoria lançou a Campanha dos Cem Obreiros do Hospital.

Apelava-se, assim, segundo a explicação dos diretores, para cem pessoas de boa-vontade, a fim de que colaborassem com a importância de 50$000 por mês, durante um ano, creditando-se a quantia aos doadores que, no final do prazo, caso não fossem sócios, poderiam requerer a sua admissão. A campanha alcançou os resultados esperados e as obras prosseguiram.[15]

O total mensal, recolhido entre os obreiros, atingia a soma de 5:000$000 réis, o que ressalta o valor da importância arrecadada entre a população niteroiense por ocasião da Campanha das Hortênsias, 9:497$660 réis, praticamente o dobro em um só dia!

As enfermarias concluídas iam sendo colocadas em funcionamento e, em 10 de julho de 1928, o vereador Bartholo Appolinário Lagoas apresentou um projeto que concedia favores ao Hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Niterói. As comissões de Fazenda, Legislação e Justiça aprovaram o projeto, que autorizava o Executivo Municipal a isentar o Santa Cruz de todos os impostos existentes ou dos que fossem criados.[16]

A Prefeitura ficaria responsável pela instalação da água e esgoto no edifício, correndo as despesas por conta do município. Reconhecia-se, assim, oficialmente, as vantagens sociais de caráter público prestadas pela Sociedade Portuguesa de Beneficência de Niterói.

Mesmo diante de tais conquistas e da constatação de que a criação do hospital era um sonho, com feição de investimento garantido, o número de associados era inexpressivo, nos primeiros anos.

Em 1929, o projeto inicial estava praticamente concluído e apenas 93 (noventa e três) membros, nesse ano, juntaram-se aos 168 (cento e sessenta e oito) associados que, no período de 1920-1928, haviam ingressado na Sociedade ou que se transferiram do antigo Centro da Colônia Portuguesa.[17]

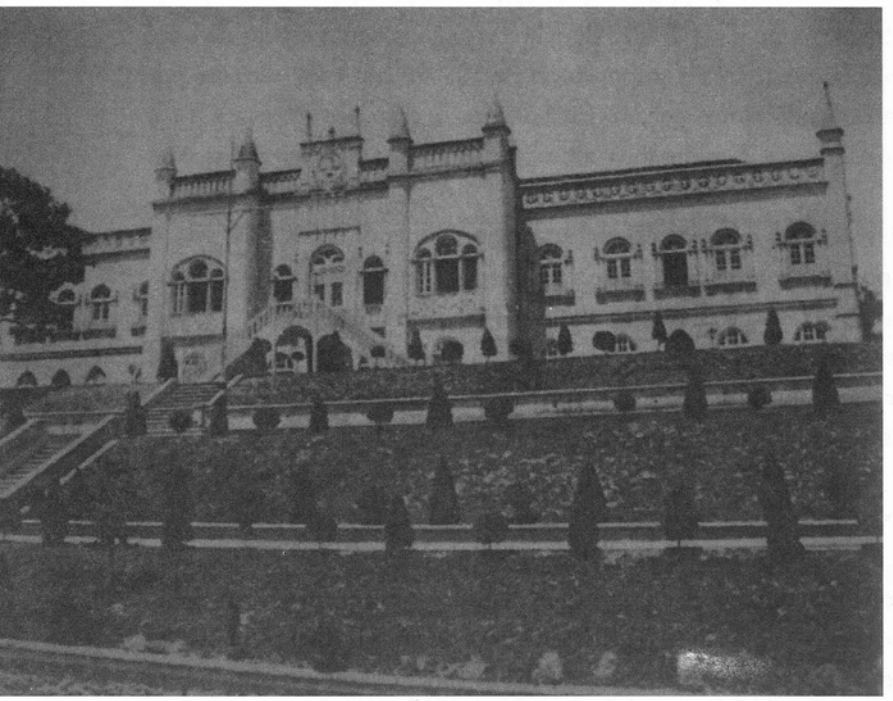
O Hospital Santa Cruz

Em 1930, a 03 de maio, inaugurava-se o hospital. A concretização de tal projeto, ainda que, ocorrido no quadro de modernização da cidade, evidenciou o prestígio e a força dos antigos imigrantes. O equipamento social mais importante da cidade, o único hospital moderno existente, construíra-se com o apoio da sociedade local, mas pela iniciativa e sustentação da Colônia Portuguesa.

O local escolhido materializava de maneira relevante, a inserção dos portugueses no espaço urbano, corroborado tanto pela arquitetura quanto pelos símbolos adotados.

A imponência do prédio manuelino do recém inaugurado hospital dominava a Praça da República. A opção por tal estilo evidenciava o ânimo de seus idealizadores. Os

torreões e as ogivas, ainda que aliviados da riqueza de detalhes do gótico português, tinha a força e a altivez daqueles constituídos pelos antepassados navegadores. Assim, também, a denominação Santa Cruz remontava àquela dada por Cabral à terra descoberta.



O evento mereceu destaque nas páginas dos periódicos de Niterói e do Rio de Janeiro.

Na matéria *Notas de um Médico*, o articulista do jornal *O Fluminense*, em 11 de maio, relatou os festejos da inauguração e ofereceu uma descrição pormenorizada do prédio. Enfatizou a sua localização e a beleza arquitetônica em estilo manuelino, assinalando a importância dessas condições materiais sobre o ânimo dos pacientes.

Observou a propriedade da disposição das enfermarias, que recebiam luz diretamente do exterior, e ressaltou as vantagens das áreas internas ajardinadas. Os quartos particulares, os gabinetes, os ambulatórios, tudo, enfim, só mereceu elogios. Destacou finalmente a modernidade das salas de cirurgia, guarnecidas por instalações e aparelhos doados por seus fundadores, Dr. Hernani Pires de Mello e Filinto Coimbra.

O evento e a divulgação provocaram forte e imediata repercussão sobre o quadro social da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Niterói. A entidade contava, até então, com 261 (duzentos e sessenta e um) membros, número que se elevou para 403 (quatrocentos e três), pois, registrou-se o ingresso de 142 (cento e quarenta e dois) novos associados nesse ano.

De maior significação, ainda, são os dados referentes a 1931 e 1932, quando ingressaram, respectivamente, 362 (trezentos e sessenta e dois) e 242 (duzentos e quarenta e dois) novos sócios, dos quais 60% eram brasileiros.

Importante observar, com base na tabela que se segue, que o movimento de matrícula no período entre 1920 a 1940 registra 1715 sócios. Desses, 37,6%, ou seja, 646 se filiaram no período imediatamente após a inauguração do hospital (1930-1933).

Da mesma forma, ressalta o número de brasileiros que ingressaram na Sociedade. Até 1926 apresentavam-se em número inferior aos portugueses. A partir daí, até 1930, ano da inauguração do Hospital, registraram-se de forma equilibrada brasileiros e portugueses. Já em 1931, o número de brasileiros 'dispara', em relação ao de portugueses e, até 1935, apresentar-se-ia sempre como mais do dobro dos portugueses. A partir desse ano, o número será muitas vezes maior.

Ainda que esses números se justifiquem, em parte, pela nacionalidade brasileira dos descendentes dos imigrantes, tal quadro se explica, também, pela inexistência de entidades similares para a prestação de serviços na área de saúde de qualidade na cidade de Niterói.

Apesar de seu número, os sócios brasileiros eram mantidos em posição de inferioridade, uma vez que eram prescritos de algumas vantagens sociais, dentre elas a inelegibilidade para os postos de direção.[18]

Tal situação só seria modificada, após os anos de 1930, com o decreto de nacionalização de sociedades estrangeiras que asseguraria, por meio de reformas estatuárias, a igualdade de direitos aos associados brasileiros, que poderiam votar e ser votados. Em 1939, em telegrama dirigido ao Presidente Getúlio Vargas, a diretoria da SPBN declarava ser a Sociedade "um patrimônio sagrado de brasileiros e portugueses"[19].

Tabela 01

Associados da SPBN por nacionalidade e sexo (1920-1940)

	Brasileira		Portuguesa		Outra	Sem Ref.		
Ano	Homem	Mulher	Homem	Mulher	M	F		Total
1920	--	--	1	--	--	--	--	1
1921	--	--	4	--	--	--	--	4
1922	1	--	7	--	--	--	--	8
1923	4	--	6	--		--	--	10
1924	11	2	20	--	--	--	--	33
1925	5	--	13	--		--	--	18
1926	6	1	9	--	--	--	--	16
1927	19	1	18	--	--	--	--	38
1928	19	1	12	--	--	--	--	32
1929	36	6	51	--	--	--	--	93
1930	48	16	68	5	3	2	--	142
1931	124	86	129	14	8		--	362
1932	113	26	91	10	2	--	--	242
1933	52	12	40	2	1	2	--	109
1934	31	08	27	6	1	--	--	73
1935	38	23	15	6	--	--	--	83

1936	32	23	17	7	–	–	–	79
1937	38	34	22	2	2	–	–	98
1938	47	34	17	4	1	2	–	105
1939	17	28	14	2	–	1	–	62
1940	43	35	16	6	–	–	–	100

Fonte: Arquivo da SPBN. *Livro de Registro de Sócios*.

Com respeito à composição sexual dos associados, se registra uma larga predominância do sexo masculino. Para o caso de brasileiros, tal desproporção iria se corrigindo ao longo do período enquanto à dos portugueses se manteria. Tal fato se justifica pela condição majoritária do imigrante português jovem e solteiro.

Quanto à faixa etária, a maioria dos membros concentrava-se na faixa de 0 a 30 anos, sendo que boa parte são menores, filhos, inclusive, de associados antigos.

No que diz respeito à profissão, muitos não declaravam seus ofícios. Dos declarantes, a maioria era de comerciantes, apresentando-se ainda domésticas, aí entendidas como "do lar", e não criadas, estudantes, proprietários, entendendo-se como "aquele que vive de rendas", professoras, profissionais liberais (contador, advogado e farmacêutico), bancários, industriais, operários, *chauffeurs*, costureiras, motoristas e funcionários públicos, entre outros.

As notícias de melhoramentos apareciam com regularidade na imprensa. Em 1937, inauguraram-se a lavanderia, a capela e o parque do hospital, e as campanhas para a compra de novos equipamentos se sucediam.

O Hospital Santa Cruz, orgulho da colônia portuguesa, e principal hospital da cidade até 1980, tornou-se ponto de visita obrigatória para as personalidades lusas, em viagem ao Rio. Gago Coutinho, por exemplo, visitou-o em maio de 1954, deixando, em livro próprio, a seguinte manifestação:

> as missas ditas há quatro séculos em Porto Seguro não foram pura fantasia, mas início sincero de que, nas terras que ocuparam, nossos antepassados buscaram humanamente criar uma vida feliz, tanto para eles quanto para os nativos desta terra[20].

NOTAS

[*] Universidade Federal Fluminense.

[1] As considerações gerais sobre emigração portuguesa para o Brasil nesse período, formuladas nesse item, são baseadas nos especialistas: LOBO, Eulália. *Portugueses em Brasil e el Siglo XX*. Madrid, Ed Mapfre, 1994; PEREIRA, Miriam Halpern. *Apolítica portuguesa de emigração 1850-1930*. Lisboa, Ed. A Regra do Jogo, 1981; SERRÃO, Joel. *A emigração portuguesa*. Lisboa, Livros Horizonte, 1977.
SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Documentos para a história da imigração portuguesa no Brasil. 1850-1938. Federação das Associações Portuguesas e Luso Brasileiras*. Rio de Janeiro, NÓRDICA, 1992.

[2] RIBEIRO, Gladys S. *Cabras e pés de chumbo: os rolos do tempo. O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930)*. Niterói, ICHF-UFF, 1987.

[3] CARVALHO, Lia de Aquino. *Contribuição ao estudo das habitações populares no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1986.

[4] FONSECA, Vitor Manoel Marques da. "No gozo dos direitos civis". *Associativismo no Rio de Janeiro: 1903 – 1916*. Rio de Janeiro, Editora Muiraquitã, 2008. SILVA, Paulo Ferreira da. *Assistência social dos portugueses no Brasil*. São Paulo, Arquimedes, 1969.

[5] Por exemplo, o Centro da Colônia Portuguesa do Rio de Janeiro e o centro da Colônia Portuguesa de Niterói. "Álbum da Colônia Portuguesa", Ed. Theóphilo Carinhas, 1927, Real Gabinete Português de Leitura.

[6] NOGUEIRA, Ana Maira de Moura. *Como nossos pais – uma história da memória da imigração portuguesa em Niterói (1900-1950)*. Niterói, ICHF-UFF, 1998.

[7] Lobo, *op.cit*.

[8] SOARES, Emanoel Macedo. *A Prefeitura e os Prefeitos de Niterói*. Niterói, Êxito, 1992.

[9] *Arquivo da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Niterói*.

[10] Censo de 1920. IBGE, 1920

[11] *Livro de Atas do Centro da Colônia Portuguesa de Niterói*. Arquivo da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Niterói.

[12] *Estatuto da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Niterói de 1920*. Arquivo da SPBN.

[13] *Pasta de recortes de jornais niteroienses*. Arquivo da SPBN.

[14] *Idem, ibidem*.

[15] *Livro de Atas da SPBN*. Arquivo da SPBN.

[16] *Idem, ibidem*.

[17] *Livro de Registro de Sócios*.

[18] *Estatuto da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Niterói*, 1920.

[19] *Livro de Atas da SPBN*.

[20] *Livro de Registros de Visitantes Ilustres*, Arquivo da SPB.